Câmara e Senado retomarão trabalhos com pauta trancada

Um total de 22 medidas provisórias ocupará a atenção das duas Casas. O ex-presidente Lula assina 21 delas. Dilma Rousseff, por sua vez, abriu o Orçamento para conceder crédito extraordinário a dois ministérios

nze dessas medidas terão prioridade de votação assim que os parlamentares iniciarem o ano legislativo, impedindo o exame de outras matérias. A MP que reajusta o salário mínimo para R\$ 540 está entre aquelas que ainda precisam ser lidas para iniciarem a tramitação, mas o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já anunciou que o governo editará outra medida provisória, reajustando o mínimo para R\$ 545 a partir de 1° de fevereiro. 2



Tião Viana afirma, durante cerimônia, que os dois veículos vão amenizar a carência de fontes de informação no estado

Transmissões da Rádio e da TV Senado chegam ao Acre

Os habitantes de Rio Branco já podem ouvir e ver, em tempo real, o que acontece no Senado. Ontem, foi ratificado o convênio entre o Senado e a Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour para cooperação técnica na produção de conteúdo e retransmissão dos programas da Rádio e da TV Senado.

Durante a cerimônia, o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs), Fernando Cesar Mesquita, destacou o papel dos veículos de comunicação da Casa no fortalecimento da democracia.

– Não é segredo para ninguém que o político brasileiro é muito mal visto. Mal visto principalmente porque existe uma grande má vontade da mídia privada com relação aos políticos. Só se divulga do político aquilo que é errado. O que é importante, o que é bom, o que se faz de sério em defesa da sociedade praticamente não é divulgado. A TV e a Rádio Senado representam o começo de uma mudança – assinalou.

O diretor da Secs também destacou o empenho dos servidores do Senado e do governador do Acre, Tião Viana, para que se tornasse realidade a inauguração da TV no estado. Ele lembrou, ainda, a contribuição do presidente do Senado, José Sarney, no processo de idealização dos veículos de imprensa da Casa.

Tião Viana também celebrou o convênio de cooperação técnica. Assinalou que a região amazônica carece de fontes de informação, o que será amenizado com as transmissões dos veículos de comunicação do Senado.

Segundo o diretor-geral do Senado Federal, Haroldo Feitosa Tajra, a TV Senado tem contribuído para a transparência das atividades realizadas no Congresso Nacional.

– A TV Senado abriu as portas
 da Câmara Alta do Congresso
 à população. A TV Senado
 aproximou a população dos
 senadores – destacou.

Também participaram da solenidade o diretor-adjunto da TV Senado, Aluizio Tadeu de Oliveira; o diretor da Rádio Senado, Flávio Mattos; a coordenadora de Expansão da Rede Senado de Rádio e Televisão, Virgínia Galvez; e o diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Florian Madruga.

Senado analisou 1.410 matérias no ano passado

Ao longo de 2010, o Senado analisou 1.410 matérias, e 286 delas foram aprovadas pelo Plenário. Pelas comissões, foram aprovadas 906, de acordo com o balanço do ano feito pela Secretaria-Geral da Mesa.

O Senado rejeitou 73 matérias em 2010, 125 foram consideradas prejudicadas pelas comissões e 20 proposições foram retiradas pelo próprio autor.

Entre as matérias aprovadas, destacam-se, na área econômica, as medidas provisórias que regulamentaram a exploração do pré-sal e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Na área jurídica, foram apro-

vadas as reformas dos códigos de Processo Penal (CPP) e de Processo Civil (CPC); a emenda constitucional que permite o divórcio sem prazo mínimo de separação; e a Lei da Ficha Limpa, que tornou inelegíveis candidatos condenados judicialmente em decisão colegiada ou que renunciaram aos mandatos para evitar processo de cassação.

Na área social, a prorrogação por tempo indeterminado do Fundo Social de Combate e Erradicação da Pobreza e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial foram destaques.

A definição de pisos salariais de carreiras (como a do magisté-

rio público) e a regulamentação de categorias (como diarista e agente de saúde) foram alguns dos principais temas de projetos aprovados na área do trabalho.

As discussões de maior destaque no ano passado foram as do novo Código Eleitoral e do Plano Nacional de Cultura (PNC). No que se relaciona à defesa dos direitos da criança e do adolescente, foi aprovado o projeto que torna crime a alienação parental – quando há impedimento de filhos conviverem com um dos genitores ou com avós, ou quando pais ou mães falam mal do ex-cônjuge para seus filhos com frequência.

Quadro geral de matérias — 2/2 a 22/12/2010

	APROVADAS PELO PLENÁRIO	APROVADAS POR COMISSÃO EM DECISÃO TERMINATIVA		REJEITADAS POR COMISSÃO EM DECISÃO TERMINATIVA	REJEITADAS POR COMISSÃO EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA	PREJUDICADAS	RETIRADAS PELO AUTOR	TOTAL
PEC	9	_	2	_	12	0	3	26
PLC	58	67	1	2	8	36	0	172
PLS	5	163	10	25	9	83	17	312
SCD	5	0	0	0	0	0	0	5
ECD	2	0	0	0	1	0	0	3
PDS	76	673	0	0	2	0	0	751
PRS	60	3	0	0	1	0	0	64
MSF	68	_	_	_	_	0	0	68
OFS	3	_	_	_	_	6	_	9
TOTAL	286	906	13	27	33	125	20	1410

PEC - Proposta de Emenda à Constituição; **PLC** - Projeto de Lei da Câmara; **PLS** - Projeto de Lei do Senado;

SCD - Substitutivo da Câmara dos Deputados; **ECD** - Emenda da Câmara dos Deputados,

PDS - Projeto de Decreto Legislativo; **PRS** - Projeto de Resolução do Senado; **MSF** - Mensagem; **OFS** - Ofício "S"

Votações na Câmara e no Senado a partir de fevereiro deverão ser concentradas no exame de 22 medidas provisórias, 21 delas do governo Lula

Congresso começa o ano com pauta trancada

OS SENADORES E deputados que abrirão a nova legislatura, em fevereiro, encontrarão as pautas de votação do Senado e da Câmara tomadas por medidas provisórias (MPs). De acordo com informações da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas do Senado Federal, dez medidas trancam a pauta da Câmara e uma tem prioridade de votação no Plenário do Senado porque foram publicadas há mais de 45 dias.

Duas MPs, do total de 22, começam a trancar a pauta da

Câmara em 20 de fevereiro e outra, no dia 26. As outras oito foram editadas no período de recesso parlamentar e o seu prazo de tramitação só começará a contar a partir do momento em que forem lidas, o que deve ocorrer no dia 3 de fevereiro.

Do total de MPs, 21 foram editadas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e uma pela presidente Dilma Rousseff.

Entre as editadas por Lula, está a que reajusta o salário mínimo para R\$ 540 (MP 516/10). Há também a que disciplina a

criação de cadastros positivos - bancos de dados com informações sobre bons pagadores - e uma que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

O congestionamento na pauta pode aumentar se outras MPs forem publicadas até fevereiro. O novo valor do salário mínimo, por exemplo, deve ser tema de nova medida provisória, como afirmou na última sexta-feira o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Segundo ele, uma nova MP deve fixar, a partir de 1º de fevereiro, o valor de

R\$ 545 para o salário mínimo. Isso porque o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2010 foi um pouco maior do que o previsto na época em que o governo fez a primeira estimativa, integrada à proposta de Orçamento da União. A fórmula de reajuste, acertada com as centrais sindicais, estabelece a reposição do salário pelo INPC do ano anterior mais o crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes.

Até agora a presidente Dilma só publicou a MP 522/11, que

abre crédito extraordinário de R\$ 780 milhões para os ministérios dos Transportes e da Integração Nacional. Ela deve ser examinada extraordinariamente em reunião da Comissão Representativa do Congresso Nacional nesta quinta-feira.

Os recursos ajudarão municípios e estados do Sudeste atingidos por fortes chuvas. As situações mais graves foram provocadas por inundações e desabamentos de encostas na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro.

Madidas provisárias vigantos

МР	EMENTA	PUBLICAÇÃO	TRANCA A PAUTA A PARTIR DO DIA (46º)	SITUAÇÃO	
501	Trata da prestação de auxílio financeiro pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, em 2010, para fomentar as exportações do país; modifica condições para a concessão da subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; entre outras providências.	8/9/10	23/10/10	Tranca a pauta do Senado	
502	Dá nova redação às leis 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891/04, que institui a Bolsa Atleta; cria os programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; entre outras providências.	21/9/10	5/11/10		
503	Ratifica o protocolo de intenções firmado entre a União, o estado e o município do Rio de Janeiro para constituir consórcio público denominado Autoridade Pública Olímpica.	22/9/10	6/11/10		
504	Altera o artigo 1º da Lei 5.851/72, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).	22/9/10	6/11/10		
505	Constitui fonte de recursos adicional ao BNDES.	27/9/10	/10 11/11/10 //10 13/11/10 //10 20/11/10 Trancam a pauta da Câmara		
506 CMO	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 210 milhões.	29/9/10			
507	Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.	6/10/10			
508 CMO	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 968.185.382.	11/10/10			
509	Altera o parágrafo único do artigo 7º da Lei 11.668/08, que trata do exercício da atividade de franquia postal.	14/10/10	28/11/10		
510	Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio; altera o artigo 31 da Medida Provisória 497/10, que promove desoneração tributária de subvenções governamentais ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recom); acresce dispositivos à Lei 10.168/00, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico para financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; entre outras providências.	29/10/10 Edição extra	13/12/10		
511	a de medidas para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do BNDES, de autorização para garantia do financiamento do n de alta velocidade (TAV), no trecho entre os municípios do Rio de Janeiro e de Campinas (SP), entre outras providências.		2/2/11	Tranca a pauta d Câmara a partir d dia 2 de fevereiro	
512	Altera a Lei 9.440/97, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva.	26/11/10	20/2/11	Transana a nauta	
513 Edição extra	Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais a assumir direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH) e oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na apólice do SH/SFH; autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os estados; entre outras providências.	26/11/10	20/2/11	Trancam a pauta Câmara a partir o dia 20 de feverei	
514	Altera a Lei 11.977/09, que trata do programa Minha Casa, Minha Vida e da regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, entre outras providências.	2/12/10	26/2/11	Tranca a pauta d Câmara a partir d dia 26 de feverei	
515 CMO	Abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 26.673.264.196.	28/12/10 Edição extra Ret. 31/12/10			
516	Trata do valor do salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2011.	31/12/10			
517	Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); trata de medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante; entre outras providências.	31/12/10	Aguardando leitura para		
518	Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.	31/12/10			
519	utoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional.		começar a tramitar		
520	Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, entre outras providências.	31/12/10 Edição extra			
521	Altera a Lei 6.932/81, que trata das atividades do médico-residente e prorroga o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.	31/12/10 Edição extra			
522 CM0	Abre crédito extraordinário em favor dos ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 780 milhões.	13/1/11			

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: * 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Sabova

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327 Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Silvia Gomide Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Morais, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20° andar - Brasília - DF. CEP 70165-920